

# Reflexões Teológicas sobre o Ecumenismo Brasileiro

Gottfried Brakemeier

## Introdução

Num país em que a cada dia cresce a miséria e se multiplicam as mortes causadas por fome, subnutrição e violência, a divisão dos cristãos se constitui em escandaloso luxo. Nessa consciência reside, sem dúvida, o principal motivo da extraordinária dinâmica que caracteriza o ecumenismo brasileiro e latino-americano. A unidade dos cristãos é uma exigência prática, imposta pelas indignas condições de vida da maioria do povo e decorrente do compromisso com a luta por justiça e libertação.

Evidentemente, há que se levar em conta ainda outros fatores a exemplo dos impulsos oriundos do Concílio Vaticano II, do Conselho Mundial de Igrejas e do Movimento Evangelical. Não permitem isolar o ecumenismo brasileiro do contexto internacional. É verdade que as urgências motivadoras da unidade podem ser vistas de modo diverso. A prioridade pode recair ora na transformação social, ora na renovação individual. De qualquer forma, não há como contestar que o ecumenismo brasileiro toma embalo antes a partir de “baixo”, isto é, de necessidades concretas, do que de “cima”, ou seja do raciocínio teológico e de iniciativas das instituições eclesíásticas.

A busca da unidade, pois, constitui não apenas um reclamo popular. É vista como causa a ser abraçada e promovida pelo próprio povo cristão. Importa unir as forças em vez de dissipá-las em inúteis disputas doutrinárias herdadas do passado. Por via de regra, o leigo nem entende as sofisticadas questões teológicas que até hoje impedem a plena comunhão dos cristãos. Qual a sua relevância diante dos imensos desafios da atualidade? Não seria imperioso sepultar as desavenças confessionais e partir para o testemunho e a ação conjunta? Existe uma grande verdade neste anseio que, se ignorado pelas igrejas, há de prejudicá-las a credibilidade e a missão, e forçará o ecumenismo a procurar outros espaços. Representa um insistente apelo à revisão da prática eclesial e à renúncia a pretensões monopolistas.

Mas também o “novo” ecumenismo necessita de avaliação. Apresenta-se em grande variedade de formas, propostas e concepções, de forma alguma unânimes entre si. Suscita uma série de perguntas que, a bem do próprio ecumenismo, exigem respostas. Para a IECLB, por exemplo, uma Igreja ecumênica por excelência, torna-se cada vez mais difícil acompanhar o processo ecumênico no país. Isto não só devido à quantidade de promoções, de consultas, encontros e seminários, mas muito mais devido à diversidade de objetivos aqui e lá perseguidos: Qual é o ecumenismo com que a IECLB deve e pode comprometer-se? Sem diretrizes claras o ecumenismo parado-

xalmente poderá reverter antes em fator de divisão e polarização do que de união. Em sentido amplo cabe perguntar: Em que consiste a unidade do movimento ecumênico brasileiro, e qual a sua tarefa legitimamente evangélica?

Ademais cabe respeitar que o referido dinamismo ecumênico no Brasil representa apenas uma face da realidade. Ao lado dos alvissareiros progressos verificam-se flagrantes recuos. Prevalece, ainda ou de novo, acirrada concorrência religiosa, procurando atrair membros com os mais dúbios métodos proselitistas. O ecumenismo provoca não só entusiasmo. Desperta também temores e mobiliza mecanismos de autodefesa. É sentido como ameaça, particularmente pelas instituições eclesiais, em sua luta por sobrevivência, ou por grupos preocupados com a perda de sua identidade confessional. Seria injusto generalizar este juízo. Não obstante, o ecumenismo se defronta com sérios obstáculos. Restringe-se, não raro, a demonstrações esporádicas, sem realmente conduzir à aproximação mútua. E muitas vezes não acontece nem isto. Também o “anti-ecumenismo” é uma realidade em nosso país.

O quadro ecumênico brasileiro, portanto, é multifacetado, ambíguo, sim, contraditório. Neste ensaio não pretendemos oferecer dados nem oferecer uma análise da “conjuntura ecumênica” do momento. Há diferentes tipos, como por exemplo o ecumenismo de base, das igrejas históricas, dos organismos ecumênicos e outros. Existe um ecumenismo próprio do Movimento Evangelical, da Teologia da Libertação, do Protestantismo e da Igreja Católica, dos Movimentos Populares, existe um ecumenismo teológico e outro diaconal, existem ecumenismos em níveis e formas peculiares. Para estudo recomendamos, entre outros, as instrutivas obras de J. Hortal: *E haverá um só rebanho*, São Paulo 1989, e G. Boll: *O ecumenismo no Brasil na visão de um luterano*. In: *Presença Luterana 1990*, São Leopoldo 1989. Nosso propósito é antes avaliativo do que informativo. Ecumenismo não deixa de ser um assunto de profundas dimensões e implicações teológicas, relevante para o todo da prática eclesial. É um mandato a ser assumido em responsabilidade de frente ao evangelho. Conseqüentemente, exige a reflexão em busca de definição e orientação.

## I. Sobre a Necessidade do Ecumenismo

Iniciamos por reafirmar a necessidade do esforço ecumênico. Isto não em razão dos grupos e das denominações que continuam fechadas ao pensamento. Nem mesmo o fazemos em razão das crescentes resistências verificáveis nos últimos tempos. Há um imperativo ainda mais forte, que é a permanente conscientização da missão da Igreja. O que está em jogo não é uma atribuição entre outras, mas sim o ser da Igreja em seu todo. Trata-se de, a um só tempo, motivar para a busca da unidade e refletir sobre a natureza da “comunhão dos santos” em geral.

Isto significa que ecumenismo não é uma necessidade recente. Pode,

isto sim, adquirir especial premência em situações históricas concretas. Assim acontece atualmente no Brasil e em outras partes do mundo. Mas ela não se prende a circunstâncias momentâneas nem delas se deduz. Pela fé a unidade já nos é dada, e simultaneamente somos chamados a concretizá-la. Ecumenismo, pois, é e deve ser característica da Igreja de Jesus Cristo em todos os tempos. Se veja bem, baseia-se num tríplice fundamento:

1. Existe uma *necessidade teológica*. "... há um só Senhor, uma só fé, um só batismo, um só Deus e Pai de todos..." (Ef 4.5,6). A unicidade de Deus, e daí decorrente a unicidade de seus propósitos, de sua obra, de seus objetivos escatológicos representam a origem do esforço ecumênico. O reino de Deus tem por meta reunir toda a humanidade em convivência fraterna numa só família, sendo Deus tudo em todos. Resulta daí o imperativo de construir a unidade na diversidade, correspondente à natureza do triúno Deus e sua vontade para com a criação. O evangelho de João articula o mesmo princípio de unidade na figura de um pastor e de um rebanho (Jo 10.16; cf. 17.21). Em razão do pecado, a humanidade se fracionou. O conflito veio a imperar, destruindo a unidade. Cristo a veio restabelecer, criando a sua Igreja. Por isto, a busca da unidade dos cristãos e das pessoas no testemunho, na comunhão e no serviço constitui um ingrediente essencial do próprio evangelho.

2. Existe uma *necessidade eclesial*. Sem a dimensão ecumênica a Igreja perde sua catolicidade, ou seja, a sua universalidade. Está ameaçada de se tornar vítima do espírito sectário e de negar, pela sua conduta, o senhorio universal de Jesus Cristo. Igreja é a congregação de todos quantos crêem e ouvem a voz de seu Pastor. Por isto a comunhão dos santos é ecumênica por natureza. Ela prejudica seu ser ao estabelecer outros critérios de filiação senão a fé, sendo que o controle da mesma, em última instância, foge de sua competência. Sem dúvida, a Igreja deve velar pela verdade, mas não deveria esquecer que a verdade não se resume em doutrina. Inclui a prática do amor. O inclusivismo do amor deve, necessariamente, corrigir e complementar o exclusivismo doutrinário. É porque o apóstolo Paulo alerta: "O saber ensoberbece, mas o amor edifica" (1 Co 8.1), uma das advertências mais ecumênicas em todo o Novo Testamento.

3. Finalmente o ecumenismo é também uma *necessidade social*. A unidade dos cristãos não é um fim em si. Atinge seus objetivos apenas se for transparente para uma novidade de relações humanas em geral. Quer extrapolar os limites de um questão meramente eclesial. Não é possível viver fraternidade cristã à parte das estruturas sociais vigentes. Ela tem a função de ser fermento no processo de gestação do novo mundo pretendido por Deus. Não que os cristãos tivessem o dever de produzir por próprias forças o que Deus a si mesmo se reservou. Mas compete-lhes praticar parábolas do reino, colocar sinais de novidade social, documentar algo das primícias do Espírito que receberam (Rm 8.23). Assim a busca da unidade dos cristãos pos-

sua função diaconal. Está a serviço da unidade da sociedade. É um elemento da própria missão cristã no mundo, que consiste em cura, reconciliação, criação de fraternidade.

São pensamentos incompletos estes que acabo de apresentar. Propus-me evidenciar quão importante é o trabalho em cima das razões do ecumenismo. Também neste caso as posições vão definir-se a partir das raízes. Assim sendo, a discussão sobre a necessidade do ecumenismo não pode ser considerada capítulo encerrado. Permanece em pauta, e conduz diretamente à pergunta pela concepção que se tem de ecumenismo e pelo respectivo projeto. Que significa ecumenismo e quais são as exigências de sua devida prática?

## II. Conflitos Ecumênicos

Já um rápido exame mostra que na concepção do que seja ecumenismo se reproduz todo o espectro de tensões e propostas teológicas da atualidade. A pergunta-chave é se de fato estão sendo superadas fronteiras divisórias ou apenas constituídos novos agrupamentos em meio aos conflitos da sociedade. Procuraremos ilustrar:

1. É notório que a força unificadora das tradicionais confissões cristãs está definhando. Surgem grupos de orientação diversa dentro do mesmo corpo eclesial, acentuando o pluralismo teológico e relativizando a respectiva base confessional. Entre católicos e luteranos, por exemplo, pode haver mais afinidades do que entre eles próprios. É a assim chamada crise das eclesiologias clássicas alicerçadas num credo comum. Particularmente no Brasil são fortes as tendências a posturas transconfessionais, diluindo a homogeneidade das igrejas históricas e conduzindo à formação de novas alianças que se entendem como ecumênicas.

Estas se baseiam não em doutrinas herdadas do passado, mas sim em compromissos a serem assumidos a partir de urgências contextuais, seja a luta por justiça ou outras. A ética mais e mais vem substituir o dogma. Importante é a prática da fé, não tanto a confissão oral. Ecumenismo não se faz na forma de busca do consenso doutrinal, e sim na de pactos, visando à consecução de determinados objetivos. Constituem-se grupos ecumênicos de luta.

Para as igrejas históricas este ecumenismo representa um forte desafio que vai à raiz de sua existência. Conseguiu, sem dúvida, superar a esterilidade de um ecumenismo meramente dogmático. A ética, por tempo demasiado, esteve marginalizada. Mas que significa "Igreja" sob esta ótica? Voltaremos ao assunto. Por ora limitamo-nos a perguntar se o compromisso comum oferece ao ecumenismo uma base melhor do que o dogma. Como evitar que a busca da unidade sucumba no conflito de interesses grupais e sociais? Até que ponto está sendo realmente promovida uma unidade abrangente, capaz de abrigar em si legítimas diferenças?

2. Existe um ecumenismo cristão e um ecumenismo secular. Exemplo

deste último é a Organização das Nações Unidas (ONU). Mas muitas outras entidades internacionais e nacionais poderiam ser mencionadas. Buscam a unidade em torno de objetivos humanísticos ou ecológicos, propõem-se a defesa dos direitos humanos ou então o intercâmbio cultural. Inserem-se aí também os Movimentos Populares, engajados na causa da justiça e do respeito à vida. Em que reside o específico do ecumenismo cristão? É óbvio que não se podem separar em definitivo os objetivos cristãos e os seculares. Há uma inter-relação de ambos, sendo mandato inalienável dos cristãos cooperar com a boa causa de quem quer que seja. Ainda assim é necessário distinguir. Qual é a função da fé cristã no esforço ecumênico?

Novamente voltamos ao papel da confissão. A questão, todavia, é mais ampla. Inclui a pergunta pelo tipo de unidade pretendida e de suas manifestações. A adoração de Deus, a confissão e o perdão dos pecados, a celebração dos sacramentos, a oração e o ouvir e refletir da palavra de Deus são elementos essenciais da unidade a partir da perspectiva do reino de Deus. Assim sendo, coloca-se inevitavelmente a pergunta pela função da instituição “Igreja” no processo ecumênico. Ela está sobrando? Há fortes indícios de que o ecumenismo está se emancipando das igrejas, respectivamente de ser delas expulso. Significa prejuízo para ambos. Expõe o ecumenismo ao perigo de se restringir à sua variante secular, ainda que procure preservar aspectos religiosos, e enclausurará as igrejas em organismos estanques, isolando-as de seu contexto histórico, social e religioso. A relação entre o ecumenismo cristão e o ecumenismo secular carece de definições precisas. A mera inserção de um no outro não é solução, assim como também não o é o divórcio entre ambos.

3. A multiplicidade de iniciativas assinala uma extraordinária riqueza ecumênica no Brasil. Pode-se falar tranqüilamente de um movimento cujo empuxo é grande e que não se dobra facilmente diante das resistências. Mas nem sempre a variedade está disposta a cooperar. Trabalha-se, por demais, com alternativas excludentes, o que acontece sempre que uma forma recebe o aval de legitimidade em detrimento de outra.

Costuma-se distinguir, por exemplo, entre “ecumenismo de cúpula” e “ecumenismo de base”. Subentende-se sob o primeiro a promoção ecumênica das instituições eclesiais, considerada por isto mesmo lenta, conservadora, presa às tradições. Enquanto isto o ecumenismo de base se articula como expressão dos anseios do povo. Reveste-se de espontaneidade e dinamismo e se orienta num futuro a construir em mutirão e nova comunhão.

Penso que apesar do justificado entusiasmo com este ecumenismo prático e pragmático seria fatal jogá-lo como alternativa contra o assim chamado “ecumenismo de cúpula”. Repete-se aqui um antigo problema eclesiológico, a saber, como relacionar devidamente na Igreja o aspecto institucional e carismático, a fé e o Espírito. Não há como separar o que evangelicamente deve permanecer unido, ainda que signifique permanente tensão. Esta, se dissolvida, há de acarretar prejuízos. Se, porém, mantida, evidenciar-se-á altamente produtiva.

Não há como negar que os diversos tipos de ecumenismo às vezes são difíceis de integrar. Não se trata de simplesmente somá-los. Seria ficção. Trata-se, isto sim, de avaliar o papel específico de cada um e de arriscar um processo de aprendizagem. O sujeito último do ecumenismo é o próprio Deus, sendo nós apenas cooperadores responsáveis perante o seu juízo. A partir daí, o estabelecimento de alternativas excludentes se torna relativo e, caso realmente necessário, exige justificação fundamentada. De qualquer forma, eu não gostaria de ser obrigado a optar entre “ecumenismo de cúpula” e “ecumenismo de base”. Com tais opções o ecumenismo perde força e qualidade.

Em síntese, constatamos que o ecumenismo, ele próprio, representa um campo de conflitos. Pressupostos teológicos e ideológicos, necessidades práticas e desafios da atualidade, o peso das tradições e das instituições que as representam, tudo isso exerce influxo. É preciso manter viva a chama ecumênica e reforçar o impulso promissor que tomou. A premência permanece e o imperativo não permite redução. Mas o engajamento inclui, também, a disposição para trabalhar conflitos. Os tempos da euforia ecumênica passaram. A caminhada se evidenciou mais penosa do que imaginada. Exige paciência, persistência e reflexão. Particularmente me parecem ser necessárias claras definições nas questões que apresentamos a seguir.

### III. Questões Cruciais do Ecumenismo Atual

1. Ecumenismo entre *tradição e vocação*. É característica da teologia latino-americana a erupção dos cativeiros do passado e a volta decidida ao futuro. A ênfase na práxis eclesial e política, na dimensão utópica do Reino de Deus, a transferência da perspectiva de cima para baixo, para o povo como sujeito das transformações históricas são expressões deste processo. Com respeito ao ecumenismo, isto significa que ele é concebido predominantemente a partir da vocação do povo de Deus, de sua missão, da promessa do Reino.

Reside nisto uma das grandes contribuições latino-americanas ao ecumenismo internacional. A busca da unidade dos cristãos, na maioria dos casos, se limitava à tentativa de superar divergências doutrinárias do passado. A unidade era buscada a partir das origens comuns, enquanto a vocação comum dos cristãos em contextos históricos e sociais diferentes não estava na perspectiva. Sob tal enfoque, ecumenismo se resume em assunto quase que exclusivo de especialistas teológicos, devendo processar-se em forma de entendimentos predominantemente bilaterais, isto é, entre apenas dois parceiros de diálogo. A ênfase recai sobre a doutrina, não sobre a prática que permanece subordinada a esta. É um ecumenismo que com alguma razão pode ser chamado de “a-contextual” e mesmo “não-escatológico”. Ele atenta a divergências doutrinárias históricas, mas se descuida da tarefa cristã no presente e da promessa de Deus para o futuro.

A orientação no futuro, porém, não permite a desconsideração da tra-

dição. Significa a negação da apostolicidade da Igreja e a desvalorização da identidade confessional. Existe tradição essencial para a Igreja de Jesus Cristo, mesmo que ela — como já acontece no NT — não seja uniforme. Tradições se diferenciam ao longo do curso da história e em contextos diversos; todavia, sem tradição nenhuma Igreja tem condições de subsistir.

Portanto, como se relacionam ecumenismo e confessionalidade? Aquele significa a renúncia a esta? Devem ser esquecidas as tradições dogmáticas e as praxes eclesiais? Neste caso corremos o risco de um ecumenismo “a-histórico”, exposto a alto grau de instabilidade e esvaziamento de conteúdos. O diálogo doutrinal não é luxo nas igrejas e não pode ser substituído nem pela ação nem pela celebração litúrgica somente. É no que a partir da tradição luterana temos motivos especiais de insistir. Estabelece o artigo 7 da Confissão de Augsburgo (CA): “E para a verdadeira unidade da Igreja basta que haja acordo quanto à doutrina do evangelho e à administração dos sacramentos.” Sem o consenso doutrinal a unidade dos cristãos será efêmera, superficial ou até fictícia. As experiências de fé das gerações passadas e a sabedoria teológica que nos legaram e que nos marca não permitem serem ignoradas hoje sob pena de graves prejuízos. Do mesmo modo, porém, deverão ser enxergados os desafios da atualidade e a missão comum dos cristãos. A reflexão conjunta de tradição e vocação se coloca como grande imperativo ecumênico da atualidade.

2. Ecumenismo entre *dogmática* e *ética*. O assunto já esteve em pauta, mas necessita de aprofundamento. A situação calamitosa em que se encontram o Brasil e o mundo todo exige mais do que o testemunho verbal dos cristãos. A ênfase na prática não é casual. A unidade dos cristãos deve tornar-se visível em sinais concretos de engajamento em favor da justiça, da paz e da integridade da criação. Será que isto significa que o agir se torna mais importante do que o crer e que a “ortopraxia” vem substituir a “ortodoxia” como fundamento do ecumenismo?

É o que, por via de regra, certamente não se pretende. Mas há perguntas a clarear. Uma ética sem teoria é tão inconcebível como uma “doutrina do evangelho” (CA7) sem prática. Ilustra-o, a seu modo, a decisão da VII Assembléia Geral da Federação Luterana Mundial, que teve lugar em Dar-Es-Salaam em 1977, declarando a prática do *apartheid* na África do Sul como sendo uma questão de *status confessionis*. Trata-se da condenação não de um lamentável lapso humano, mas sim de uma teoria racial, ou seja, de uma doutrina ética abominável. Quando a ética entra na perspectiva, portanto, não se abandona o nível das doutrinas em favor da pura ação. Mas desloca-se o interesse do que importa fazer.

Como hoje se relacionam dogmática e ética? É uma pergunta a ser novamente refletida. Quando é que questões de ética produzem o *status confessionis*? Será possível conseguir um consenso ético sem simultaneamente alcançar um mínimo de consenso dogmático? Por que é tão difícil para tantas igrejas e pessoas integrar o “processo conciliar” em torno de “Justiça e

Integridade da Criação” em seu universo de fé, e por que para outros este mesmo processo não deixa espaço para assuntos dogmáticos tradicionais? Haverá um fosso entre dogmática e ética?

3. Ecumenismo entre *instituição e movimento*. As instituições eclesiásticas participam do desgaste a que estão sujeitas todas as instituições sociais em nosso Continente. Não gozam de muito prestígio. Nos processos de transformação em andamento evidenciam-se como pouco flexíveis. Carregam em seus ombros a bagagem histórica, que lhes dificulta a abertura para o novo. Com relação ao ecumenismo, com efeito, há razões especiais para o ceticismo:

a. Têm sido modestas as conseqüências institucionais do gigantesco esforço ecumênico dos últimos anos. Os admiráveis progressos obtidos nos diálogos interconfessionais a nível internacional ainda não conduziram a sinais realmente significativos de aproximação das estruturas eclesiásticas. Por ora não permitem a celebração conjunta da eucaristia, por exemplo. O mesmo se constata no que diz respeito ao assim chamado ecumenismo de base. As impressionantes experiências de fraternidade eclesial aí vividas ainda não foram realmente assimiladas pelas instituições. Desta forma o ecumenismo está sendo empurrado para a margem, podendo voltar-se contra as igrejas e adquirir caráter para-eclesial.

b. Instituições, para sobreviver, devem reconstituir suas bases, construir comunidade, buscar a adesão de membros. Como proceder a tanto sem recair na prática do “livre mercado”, que, baseada na lei da oferta e procura, disputa o freguês? Porventura, edificar comunidade significa renunciar ao espírito ecumênico? Como se relacionam ecumenismo e missão? O assunto ainda não foi suficientemente discutido nas igrejas.

c. A necessidade de cuidar da manutenção das estruturas pode dar ocasião a atitudes conservadoras que inibem a voz profética das igrejas. Estruturas eclesiásticas são vulneráveis pela perda de membros e de recursos. Portanto, a institucionalização da comunhão dos santos, será ela idêntica a prejuízo ao testemunho do evangelho?

A pergunta pela função das estruturas e a necessidade da instituição me parece ser, de momento, uma das mais candentes, não por último para a atuação ecumênica. Não considero solução nenhuma a rejeição da dimensão institucional da Igreja ou o descaso que dela se faz. Não é verdade que a voz profética do evangelho seja audível e sobreviva apenas à parte das estruturas eclesiásticas. A instituição é necessária. Em última instância também os profetas se nutrem da instituição Igreja, ainda que não se submetam a seu controle. Nenhuma comunhão humana, nenhum movimento tem chances de existir por maior espaço de tempo sem um mínimo de organização estrutural. O Espírito Santo não deixa de criar e manter instituições e de estabelecer ordens.

Inversamente as instituições devem reservar espaços para a espontanei-

dade do espírito, para movimentos e iniciativas renovadoras. Devem procurar integrá-las, ainda que requeiram vida própria e exijam mudanças. É o que se aplica também ao nível ecumênico. O imperativo da unidade desafia as instituições e delas requer providências. Quais as medidas estruturais a serem tomadas para documentar, respaldar e facilitar a aproximação e cooperação dos cristãos? O movimento ecumênico cobra das instituições eclesásticas coerência com a sua missão, incluindo passos concretos e mais corajosos em direção à unidade. Por sua vez, as instituições eclesásticas desafiam os movimentos ecumênicos e, junto a eles, insistem em qualidade eclesial.

4. *Ecumenismo entre fé e ideologia.* A unidade dos cristãos, que em Cristo já nos é dada e que ainda assim nos compete buscar e concretizar, tem, como dissemos acima, caráter de sinal e função diaconal. Ela é prefiguração dos propósitos escatológicos de Deus e persegue o objetivo de servir à vida. Como tal, porém, não é livre de pressupostos e elementos ideológicos. É um dos méritos da teologia de nosso Continente insistir em ser impossível separar em definitivo a fé e a ideologia. Desde que a fé pretenda renovação neste mundo — e é esta uma de suas atribuições precípua — a opção ideológica marca inevitável presença.

Por isto é necessário perguntar pelo tipo de comunhão pretendida pela respectiva proposta ecumênica. Em que sentido concebem a meta da transformação e qual o modelo orientador subjacente? O objetivo da construção do reino de Deus, bem como uma ação ecumênica que se alicerça em compromissos assumidos, não respondem a questão, antes a agravam. Na medida em que ecumenismo passa a ser um projeto utópico, exige-se dele a prestação de contas de seus contornos e aspectos ideológicos.

Pois estas, se não explicitadas, poderão ser o estopim de novas polarizações e divisões, minando o projeto da unidade em vez de promovê-lo. Eis por que a distinção de fé e ideologia é fundamental, embora haja inter-relação e afinidade. A base última do ecumenismo cristão permanece sendo o perdão dos pecados, a aprendizagem de uma vida a partir da graça divina que relativiza todos os projetos humanos. *Communio sanctorum*, devido a seu fundamento cristológico, não pode ser resumida em projeto utópico. É fruto da obra de Deus, da qual o ser humano jamais dispõe como posse ou projeto seu, por mais importante que a ação humana seja. Também o ecumenismo não vive apenas de uma visão ou de um sonho, mas sim de palavra e sacramento de Deus, portanto de uma dádiva, à qual o compromisso humano com suas implicações ideológicas segue como o ato segundo.

#### IV. Conclusão

O ecumenismo brasileiro, apesar da dinâmica própria que tem, necessita de investimento por parte de igrejas e cristãos. Está ameaçado de recessão e fraccionamento. Continua urgente, todavia. Suas formas não permitem padronização, proibindo reivindicações absolutistas. O que se exige é

a complementariedade das iniciativas com a disposição para a aprendizagem e a cooperação.

Seria ilusório pretender de imediato a fusão das instituições e a nivelção das diferenças confessionais. Unidade autêntica não resulta de atos impositivos que obrigam o parceiro à renúncia de sua identidade. Unidade precisa de tempo e de espaço para crescer. Precisa também de estruturas e de oportunidades facilitadoras do processo: Ressentimo-nos da falta de modelos ecumênicos a curto e médio prazo. Em outros termos: Como viver a unidade já? Que significam as concepções da “comunhão conciliar” e da “unidade na diversidade reconciliada” no contexto brasileiro? A aproximação das instituições necessita de modelos realistas, capazes de evitar tanto a “violência ecumênica” que encampa o parceiro ou lhe desrespeita as características, quanto a “inércia ecumênica” que se contenta com o *status quo* ou mesmo incrementa a malfadada concorrência no campo religioso.

Cooperação ecumênica, para iniciar, não necessita do pleno consenso doutrinal. Há suficientes elementos que nos são comuns, e são estes que devem ser priorizados, não os que nos dividem. Permitirão a ação conjunta? A unidade não é apenas meta, é também premissa do esforço ecumênico. Naturalmente, durante a caminhada ela deve crescer, amadurecer e achar formas sempre mais concretas, também em termos institucionais. Mas nós partimos de algo comum, e nesta base arriscamos comunhão. Esta sempre implica um processo de interação em que também a identidade vai se modificando. Ninguém é o mesmo após longo convívio matrimonial. Assim também no ecumenismo: convivência transforma. Quem tem medo deste processo em verdade já desistiu de buscar a unidade, e certamente também vai fracassar no discipulado, no seguimento a Cristo. Ninguém pode ser discípulo de Jesus Cristo resistindo a ser por ele transformado.

O crescimento da unidade requer a oração como sinal de reconhecimento do quanto vivemos da graça de Deus. Precisa da celebração e da liturgia partilhada. Não menos importante, porém, são a reflexão teológica e o consenso no testemunho. É um aspecto a merecer ênfase no contexto brasileiro e latino-americano. Como já foi dito, a supressão da reflexão sobre assuntos doutrinários tem por preço a superficialidade ecumênica e um entusiasmo fugaz. Um desiderando especialmente insistente é que sejam definidas as concepções eclesiológicas implícitas nas propostas. Quem, afinal, são os sujeitos e os agentes ecumênicos? Nesse contexto caberia clarear também a relação entre as igrejas históricas e os tantos organismos ecumênicos no país. Há perguntas abertas.

Em tudo isto, porém, jamais deveria ser esquecida a urgência de que falamos no início. A divisão dos cristãos é luxo, escândalo, tragédia na situação em que vivemos. Seja o desafio da miséria, seja o dos novos movimentos religiosos, seja a ciência e a técnica, a ecologia, o secularismo ou outros fenômenos da atualidade, os cristãos conjuntamente são chamados a reagir. Em especial sensibiliza o clamor dos oprimidos. Na realidade os

cristãos, eles mesmos, pertencem a eles. Chamam a Deus por socorro. É por que podem e devem ser solidários com todas as demais pessoas que sofrem e gemem sob o mal, juntando-se ecumenicamente no combate à injustiça e ao sofrimento.

Dr. Gottfried Brakemeier,  
pastor presidente da IECLB  
Caixa postal 2876  
90001 — Porto Alegre — RS